

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.535 - MG (2020/0049864-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : GABRIEL ISAAC SANTOS BUENO (PRESO)
ADVOGADO : ALVICIO BIBIANO OLIVEIRA JUNIOR - MG174978
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **GABRIEL ISAAC SANTOS BUENO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal.

Neste recurso, sustenta que: **a)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPP; **b)** é suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão; **c)** "não possui antecedentes criminais, não constando nenhum registro de prisão, nem participação como autor de qualquer ilícito penal [...] é estudante de medicina veterinária e possui residência fixa" (e-STJ, fl. 281).

Pleiteia a substituição da custódia preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido de medida liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

No caso dos autos, a custódia cautelar foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"Trata-se de comunicado de prisão em flagrante referente a Gabriel Isaac Santos Bueno, Webert Charles Martins Pinto, Michele Aparecida Oliveira Costa dos Santos, Jeferson Gonçalves de Carvalho e Cristina, qualificados nos autos, custodiados em razão de suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º A, I e II, do Código Penal Brasileiro.

A prisão em flagrante preenche os requisitos formais (art. 304 do CPP), visto que os segregados foram apresentados à autoridade policial competente, a qual ouviu o condutor, as testemunhas, as vítimas, bem como realizou os interrogatórios, lavrando, em seguida, o auto de prisão. Consta, ainda, a via da nota de culpa fornecida aos presos e a nota de ciência das garantias constitucionais. Ademais, a autoridade policial comunicou a prisão no prazo legal (art. 306 do CPP).

Verifica-se, portanto, que houve observância às garantias constitucionais e legais do preso provisório (art. 5º, incisos XLIX, LXIII, LXIV, da Constituição Federal), não existindo nenhum motivo

para ser relaxada a prisão, razão pela qual homologo o presente auto de prisão em flagrante.

Por outro lado, os elementos carreados ao auto de prisão em flagrante demonstram que estão presentes os requisitos para a conversão da prisão em flagrante em preventiva.

Com efeito, a materialidade, bem como os indícios de autoria do crime encontram-se evidenciados pelos depoimentos colhidos pela Autoridade Policial, depoimentos das testemunhas e declarações das vítimas.

Segundo consta, após informações acerca do roubo ocorrido no Salão de Beleza Socila, após analisarem as imagens na câmera de segurança, iniciaram rastreamento na tentativa de identificar, localizar e prender os autores, tendo identificado o autor Gabriel como sendo o indivíduo que estava conduzindo o veículo utilizado pelos autores no crime. Consta, ainda, que Gabriel confessou a participação no delito e relatou a participação dos demais autuados no crime, informando, inclusive, que as informações de que, no dia em questão, seriam pagos os salários dos funcionários do estabelecimento foi repassada por Michele Aparecida Oliveira Costa dos Santos, funcionária do estabelecimento.

Deveras, o crime atribuído aos custodiados é dotado de censurabilidade, uma vez que foi cometido mediante violência e grave ameaça.

Ressalta-se, ainda, que, diante das circunstâncias em que os fatos se deram, colocar os autuados em liberdade neste momento, e ou conceder a ele medidas cautelares diversas da prisão, colocaria em descrédito o respeito ao ordenamento normativo, eis que incutiria no cidadão comum a sensação de que o cometimento de crimes não gera resposta estatal e que o ordenamento jurídico pode ser descumprido, o que não deve ser crível.

Ante o exposto, em consonância com os artigos 282, § 6º e artigo 310, inciso II, ambos do Código de Processo Penal, assim como preenchidos os requisitos previstos no art. 313, do mesmo diploma legal, CONVERTO a prisão em flagrante de Gabriel Isaac Santos Bueno, Webert Charles Martins Pinto, Michele Aparecida Oliveira Costa dos Santos, Jeferson Gonçalves de Carvalho e Cristina em prisão preventiva, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 199-200).

Extrai-se, ainda, da decisão, de 3/12/2019, que indeferiu pedido de revogação da prisão preventiva:

"Quanto aos acusados Webert Charles Martins Pinto e Gabriel Isaac Santos Bueno, entendo que não foram trazidos aos autos novos elementos que permitissem a modificação da decisão que decretou suas prisões preventivas (f. 187).

Ao contrário, do exame dos elementos probatórios contidos nos autos verifica-se a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade do crime que lhes foi imputado.

Registre-se que conforme depoimento de ff. 02/04, Webert Charles Martins Pinto teria confessado a participação no roubo, bem como entregue grande quantidade do dinheiro roubado e, às ff. 05/06, ele teria declarado que Michele Aparecida Oliveira Costa foi quem

passou as informações a ele e aos demais participantes acerca da rotina do estabelecimento.

Registre-se, ainda, que Webert Charles Martins Pinto é reincidente, conforme CAC juntada aos autos, estando em cumprimento de pena, mas, mesmo assim, voltou a delinquir, sendo, portanto, a manutenção de sua prisão necessária para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Quanto a Gabriel Isaac Santos Bueno, tem-se que ele confessou ter levado no veículo fiat uno vermelho, que apareceu nas filmagens, o indivíduo que praticou o roubo no salão da vítima.

O depoimento de ff. 03/04 informam que Gabriel confessou ter participado do crime, tendo delatado a participação dos demais envolvidos.

Além disso, trata-se de delito praticado mediante violência e grave ameaça, cuja pena máxima é superior a 04 (quatro) anos, estando presente, portanto, o requisito previsto no artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

O crime atribuído aos acusados (roubo) é dotado de censurabilidade, o que possibilita a indicação objetiva da necessidade constritiva para a garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Observa-se, portanto, a necessidade e adequação da medida extrema, sendo certo que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram insuficientes para tanto.

Desse modo, estão presentes todos os requisitos necessários que autorizam a prisão preventiva, o que impossibilita conceder a liberdade provisória, pois há elementos, concretos, que a prisão preventiva deve ser mantida, para resguardar, especialmente, a aplicação da lei penal e a ordem pública.

Por fim, quanto as alegações de elementos subjetivos favoráveis não prevalecem sobre razões objetivas de aprisionamento.

Assim vem decidindo reiteradamente os Tribunais superiores:

[...]

Diante do acima exposto, e com fulcro na decisão prolatada à fl. 187, cujos fundamentos também adoto como razão de decidir, indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva formulado por Webert Charles Martins Pinto e Gabriel Isaac Santos Bueno." (e-STJ, fls. 93-95, 205-207 e 541-543).

Consta, ademais, da denúncia:

"Em 19 de novembro de 2019, por volta das 16 h, no estabelecimento comercial denominado Salão Socila, situado na Av. Wilson Alvarenga, nº 1775, Bairro Carneirinhos, nesta cidade e comarca, os denunciados, de forma consciente, voluntária e em unidade de desígnios, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, subtraíram, para eles, a quantia de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais) de propriedade da pessoa jurídica conhecida como Salão Socila, além de uma bolsa pertencente à vítima Lidiane Costa e Fraga, com vários pertences seu interior.

Conforme apurado, o denunciado Webert, em companhia do denunciado Gabriel, o segundo na condução do veículo, marca Fiat Uno, cor vermelha, placa GOH-5839, de propriedade do denunciado Cleiton Geraldo da Costa (que tinha ciência sobre o propósito da

utilização do carro), chegaram ao estabelecimento comercial Socila. Na oportunidade, o denunciado Weber, com fins de não ser reconhecido, trajava uma camisa social branca com listras azuis, calça jeans de cor clara, peruca preta, óculos escuros e batom. Assim caracterizado, o denunciado Weber entrou no Salão Socila e anunciou o assalto, mostrando uma arma semelhante a um revólver, enquanto Gabriel ficou aguardando do lado de fora.

Apurou-se que a ação criminosa ocorreu exatamente quando a proprietária do salão, Adriana, em companhia da funcionária Lidiane, separavam o dinheiro para efetuar o pagamento dos funcionários, informação que havia sido repassada a eles pela denunciada Michele, que era funcionária do local.

Após anunciar o assalto, o denunciado Weibert exigiu que as vítimas entregassem todo o dinheiro e, não satisfeito, ainda subtraiu a bolsa pertencente à funcionária Lidiane, em cujo interior havia vários pertences, além da quantia de R\$107,00 (cento e sete reais).

Após o assalto, o denunciado Weibert saiu do salão e ordenou que as vítimas não gritassem nem olhassem para trás, pois estava armado. Ato contínuo, dirigiu-se até o local onde o denunciado Gabriel o aguardava com o veículo, fugindo em seguida.

Segundo apurado, o produto do roubo foi dividido entre os denunciados na residência da denunciada Cristina de Jesus Rocha, de modo que esta ficou com a bolsa subtraída da vítima Lidiane.

Extraí-se que no dia 16/11/2019, o denunciado Weibert hospedou-se no Hotel São Carlos, de propriedade de Nilo José Parreira de Oliveira e lá permaneceu até o dia do crime. Durante a sua permanência no local, Weibert foi procurado no final da tarde, por duas vezes, pela denunciada Michele, que repassava informações sobre o horário do pagamento dos funcionários e a quantidade de dinheiro.

A participação do denunciado Cleiton Geraldo da Costa consiste no empréstimo de seu veículo para a prática do roubo.

Autos de apreensão (fls. 40/41, 72 e 103).

Termos de restituição, fls. 52/53.

Autos de reconhecimento, fls. 110/113.

Laudo de análise de conteúdo audiovisual, fls. 114/126.

Em face do exposto, o Ministério Público de Minas Gerais denuncia WEBERT CHARLES MARTINS PINTO como incurso nas penas previstas artigo 157, §2º, II c/c §2º-A, I, do Código Penal, e GABRIEL ISAAC SANTOS BUENO, CLEITON GERALDO DA COSTA, CRISTINA DE JESUS ROCHA, MICHELE APARECIDA OLIVEIRA COSTA DOS SANTOS como incurso nas penas previstas no artigo 157, §2º, II c/c §2º-A, I, na forma do art 29, todos do Código Penal, requerendo que, recebida e autuada esta, sejam eles citados para apresentarem resposta à acusação, prosseguindo-se nos demais atos processuais de acordo com o rito previsto no artigo 399 e seguintes do Código de Processo Penal, ouvindo-se a vítimas e as testemunhas adiante indicadas, interrogando-se, em seguida, os acusados, até final condenação nas penas devidas, com a suspensão dos seus direitos políticos, nos termos do art. 15, inc. III, da Constituição da República." (e-STJ, fls. 361-363 e 490-492).

Como se vê, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo e em concurso de agentes, o que justifica a prisão cautelar, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a segregação preventiva é decretada em razão do *modus operandi* com que o delito fora praticado.

A propósito:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS. RISCO AO MEIO SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

3. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos concretos extraídos dos autos, a periculosidade do paciente e a gravidade do delito, evidenciadas pelo *modus operandi* da conduta criminosa, considerando que o acusado e o corréu, na condução de uma motocicleta, exerceram grave ameaça com emprego de arma de fogo contra a vítima que caminhava em via pública, ocasião em que subtraíram o aparelho celular que se encontrava no seu bolso, evadindo-se do local em seguida. Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

4. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

Habeas corpus não conhecido."

(HC 435.946/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 24/4/2018).

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. NULIDADE DO FLAGRANTE. PREJUDICIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM

PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A conversão do flagrante em prisão preventiva prejudica a discussão acerca de nulidade do flagrante, eis que se trata de novo título a justificar a segregação cautelar.

3. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

4. No caso, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo e em concurso de agentes. Tais circunstâncias justificam a prisão preventiva do paciente, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do *modus operandi* com que o crime fora praticado.

5. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente.

6. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 516.954/RJ, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019).

"*HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 387, § 1º, DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, pois evidenciam a gravidade em concreto da conduta delitiva, roubo com emprego de arma de fogo e em concurso com três agentes.

3. As matérias relativas ao reconhecimento da confissão espontânea do réu e da alteração do regime inicial de cumprimento de pena não foram efetivamente analisadas pelo Tribunal de Justiça estadual, o que não autoriza a inauguração, neste ponto, da competência do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

4. Ordem denegada."

(HC 477.893/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 2/10/2019).

Pelo mesmo motivo acima delineado, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a gravidade concreta da conduta delituosa do recorrente indica que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 91.896/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018; HC 426.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 5/4/2018, DJe 16/4/2018; e HC 400.411/SE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017.

De mais a mais, o fato de o recorrente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte: RHC 95.544/PA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 2/4/2018; e RHC 68.971/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 9/10/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator